



ACÓRDÃO Nº 923/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1443 /2015.

Apeensos: Processos nºs 3628/2016 e 1120/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretária de Estado de Segurança Pública - SSP.

4- Exercício: 2014

5- Responsável: Sra Circe Maria Lima Gandra Baptista, Secretária Executiva, à época e Sr. Paulo Roberto Vital de Menezes, Secretário de Estado, à época.

6- Advogado: Não possui.

7- Unidade Técnica: DICAD.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2068/2017-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 3647/3648).

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos..

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1 Julgar Irregular, a Prestação de Contas da **Sra. Circe Maria Lima Gandra Baptista**, Ex-Secretária Executiva de Segurança Pública e Ordenadora de Despesas, à época, e do **Sr. Paulo Roberto Vital de Menezes**, Ex-Secretário de Segurança Pública e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei nº. 2423/1996-LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, a Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP (U.G: 22101), referente ao exercício de 2014;

10.2 Aplicar Multa a **Sra. Circe Maria Lima Gandra Baptista**, Ex-Secretária Executiva de Segurança Pública e Ordenadora de Despesas, à época, e **Sr. Paulo Roberto Vital de Menezes**, Ex-Secretário de Segurança Pública e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 8.768,25 (Oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI, da Lei nº 2.423 de 10.12.1996 - LOTCE, nos termos do



ACÓRDÃO Nº 923/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

artigo 54, inciso II, da Lei n 2.423/1996 - LOTCE c/c o artigo 308, inciso VI, do Regimento Interno (Resolução TCE nº. 04/2002), inciso acrescentado pelo artigo 2º, da Resolução nº 25, de 30 de agosto de 2012, pelo cometimento das impropriedades listadas neste voto de nºs 06,07,08,10,11, 12 e 14 do Relatório conclusivo e do Parecer Ministerial, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão encargos gerais do Estado – SEFAZ por descumprimento pelas impropriedades apontadas. O recolhimento feito, no prazo de **30 dias**;

10.3 **Aplicar Multa a Sra. Nair Queiroz Blair**, Representante da empresa contratada, no montante de **R\$ 4.384,12 (Quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos)**, na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI, da Lei 2.423 de 10.12.1996 - LOTCE, nos termos do artigo 54, inciso IV, da Lei n. 2.423/1996 - LOTCE c/c o artigo 308, inciso I, alínea “a”, do Regimento Interno (Resolução TCE nº. 04/2002), redação dada pelo artigo 2º, da Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pelas impropriedades listadas à fl. 872, do Processo apenso nº 1120/2015, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão encargos gerais do Estado – SEFAZ por descumprimento pelas impropriedades apontadas. O recolhimento feito, no prazo de **30 dias**;

10.4 **Determine** à Secretaria do Tribunal Pleno que:

10.4.1 Encaminhe à atual Administração da Secretaria de Segurança Pública (U.G: 22101), as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

10.4.2 Notifique os Senhores **Circe Maria Lima Gandra Baptista**, Ex-Secretária Executiva de Segurança Pública e Ordenadora de Despesas, à época, **Paulo Roberto Vital de Menezes**, Ex-Secretário de Segurança Pública e Ordenador de Despesas, à época, e **Nair Queiroz Blair**, Representante da empresa contratada, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresentem o devido recurso;

10.4.3 Arquive os Processos apensos a estes autos (Processo nº. 3628/2016 e Processo nº 1120/2015), tendo em vista que já foram objeto de análise no processo principal, analisado em questão;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº 923/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.4.4 Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002-RITCE, adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.

Vencido o voto destaque do Conselheiro convocado Alípio Reis Firmo Filho, pela Regularidade com Ressalvas das contas e multa à empresa contratada.

11 Ata: 32ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12 Data da Sessão: 19 de setembro de 2017.

13 Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário Manoel Coelho de Mello, e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1 Declaração de Impedimento: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva e Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho (art. 65 do Regimento Interno).

14 Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral